



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Para o exercício encerrado em 31/12/2024

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ - CNPJ 77.538.510/0001-41****BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024***Valores em reais*

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO	210.731.753,70	193.135.776,44
CIRCULANTE	30.492.898,16	33.713.276,59
DISPONÍVEL	6.065.067,21	9.046.442,90
CAIXA	36.117	22.824,08
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.494.732	3.159.263,29
BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	1.729	19.765,76
BANCOS CONTA POUPANÇA	-	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	4.532.490	5.844.589,77
CRÉDITOS	23.903.618,20	24.403.422,89
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO	17.623.716,00	19.046.158,99
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	1.852.370,38	1.494.813,13
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES DO EXERCÍCIO	81.451,53	115.463,70
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	3.234.212,80	3.318.816,32
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	636.755,25	428.170,75
ALMOXARIFADO	475.112,24	-
DESPESAS ANTECIPADAS	524.212,75	263.410,80
DESPESAS ANTECIPADAS DIVERSAS	524.212,75	263.410,80
NÃO CIRCULANTE	180.238.855,54	159.422.499,85
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.095.029,88	34.419.249,79
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	29.261.032,60	25.051.092,16
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(3.753.251,68)	(3.758.576,41)
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	5.596.112,65	6.212.126,76
EXECUÇÕES A RECEBER	5.788.062,30	4.611.216,85
CRÉDITOS DIVERSOS	762.730,81	773.852,45
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.191.716,51	1.283.729,48
COOPERATIVAS	248.626,69	245.808,50
IMOBILIZADO	141.143.825,66	125.003.250,06
BENS MÓVEIS	36.797.856,29	32.416.114,66
BENS IMÓVEIS	139.010.395,73	122.872.756,62
(-) DEPRECIACÃO BENS MÓVEIS	(16.946.479,61)	(14.637.668,62)
(-) DEPRECIACÃO BENS IMÓVEIS	(17.717.946,75)	(15.647.952,60)
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	210.731.753,70	193.135.776,44
CIRCULANTE	42.291.866,57	32.222.585,59
OBRIGAÇÕES A PAGAR	42.291.866,57	32.222.585,59
FORNECEDORES	4.179.683,77	331.836,07
PESSOAL A PAGAR	1.686.027,76	1.669.924,86
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.090.262,07	1.065.376,58
CONSIGNAÇÕES	662.825,29	279.184,69
OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS	13.010.753,11	6.815.881,44
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.838.109,99	1.137.279,46
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO	17.623.716,00	19.046.158,99
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	1.852.370,38	1.494.813,13
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES DO EXERCÍCIO	81.451,53	115.463,70
RECEITAS ANTECIPADAS	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	266.666,67	266.666,67
NÃO CIRCULANTE	38.679.013,22	34.584.483,14
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	38.679.013,22	34.584.483,14
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	29.261.032,60	25.051.092,16
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(3.753.251,68)	(3.758.576,41)
NEGOCIAÇÕES A RECEBER	5.596.112,65	6.212.126,76
EXECUÇÕES A RECEBER	5.788.062,30	4.611.216,85
MULTAS SOBRE INFRAÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.191.716,51	1.283.729,48
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	173.118,57	496.005,39
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	422.222,27	688.888,91
PATRIMÔNIO SOCIAL	129.760.873,91	126.328.707,71
RESULTADOS	129.760.873,91	126.328.707,71
SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADOS	82.179.952,89	75.901.419,28
SUPERAVIT/ DEFICIT DO EXERCÍCIO	3.908.698,00	5.987.058,57
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	43.672.223,02	44.440.229,86

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ****CNPJ 77.538.510/0001-41****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31/12/2024****Em reais**

	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>31/12/2023</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	75.704.027,34	66.514.049,02
RECEITAS	75.704.027,34	66.514.049,02
RECEITAS CORRENTES	66.827.715,97	58.844.064,25
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	64.538.794,31	55.837.754,68
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.566.984,24	12.708.451,66
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES	64.844,17	185.150,84
RECEITAS DE SERVIÇOS	4.036.540,43	3.996.839,63
RECEITAS DIVERSAS	11.236.431,30	10.807.926,68
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(28.615.878,48)	(24.692.059,24)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(28.615.878,48)	(24.692.059,24)
TRANSFERÊNCIAS INTRACONSELHOS	6.907.790,60	4.714.049,20
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS	6.907.790,60	4.714.049,20
RECEITAS DE CAPITAL	1.968.520,77	2.955.935,57
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.968.520,77	2.955.935,57
RECEITA LÍQUIDA	75.704.027,34	66.514.049,02
RESULTADO BRUTO	75.704.027,34	66.514.049,02
DESPESAS OPERACIONAIS	71.795.329,34	60.526.990,45
DESPESAS	71.795.329,34	60.526.990,45
DESPESAS CORRENTES	71.795.329,34	60.526.990,45
DESPESAS DE CUSTEIO	71.795.329,34	60.526.990,45
PESSOAL	32.500.853,45	27.557.330,76
MATERIAL DE CONSUMO	3.724.459,19	3.133.315,65
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	803.919,85	863.559,16
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29.494.010,13	24.841.099,01
DESPESAS COM DEPRECIações	4.624.414,04	3.947.982,07
OUTRAS DESPESAS	549.009,28	113.531,85
DESPESAS FINANCEIRAS	98.663,40	70.171,95
RESULTADO OPERACIONAL	3.908.698,00	5.987.058,57
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	3.908.698,00	5.987.058,57



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2024
Método indireto - em reais

	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/24</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>31/12/23</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	3.908.698,00	5.987.058,57
<i>Ajustes por:</i>		
Lucro / prejuízo na venda de bens do imobilizado	(732.446,93)	(1.462.692,26)
Depreciações / amortizações	4.624.414,04	3.947.982,07
Provisão para contingência	(322.886,82)	(2.668.765,57)
Aumento / redução de anuidades a receber	(3.585.185,63)	(8.478.307,36)
Aumento / redução de adiantamentos diversos	84.603,52	(1.228.099,83)
Aumento / redução de créditos diversos a receber	(197.462,86)	2.171.051,38
Aumento / redução de almoxarifado	(475.112,24)	-
Aumento / redução de despesas antecipadas	(260.801,95)	123.980,59
Aumento / redução de fornecedores a pagar	3.847.847,70	(2.159.103,38)
Aumento / redução de obrigações com pessoal a pagar	16.102,90	83.551,45
Aumento / redução de encargos sociais a pagar	24.885,49	81.480,15
Aumento / redução de outras contas a pagar	1.084.471,13	556.612,67
Aumento / redução de obrigações estatutárias a pagar	6.194.871,67	1.867.776,34
Aumento / redução de receitas a realizar	(1.098.897,91)	236.522,05
Aumento / redução de contribuições obrigatórias	4.684.083,54	8.265.598,63
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	17.797.183,65	7.324.645,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Aquisição de bens do imobilizado	(21.300.033,65)	(13.660.913,53)
(+) Baixa do imobilizado / valor residual	58.512,21	1.039.943,45
(+) Venda de investimentos / imobilizado	732.446,93	1.462.692,26
(-) Realização de avaliação patrimonial	-	-
(-) Aquisição de investimentos	(2.818,19)	(218.582,32)
(=) Caixa líquido das atividades de investimento	(20.511.892,70)	(11.376.860,14)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização do capital	-	-
(+) Empréstimos bancários	-	-
(-) Amortização de empréstimos	(266.666,64)	(244.444,42)
(=) Caixa líquido das atividades de financiamento	(266.666,64)	(244.444,42)
VARIAÇÃO TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	(2.981.375,69)	(4.296.659,06)
Saldo das disponibilidades no início do período	9.046.442,90	13.343.101,96
Saldo das disponibilidades no final do período	6.065.067,21	9.046.442,90
Variação das disponibilidades	(2.981.375,69)	(4.296.659,06)



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2024

Em reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superavit / deficit do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	74.353.374,49	45.109.717,42	6.426.422,99	125.889.514,90
Incorporação de Superavit ao patrimônio social	1.108.917,15		(6.426.422,99)	(5.317.505,84)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	439.127,64	(439.127,64)		-
Realização de avaliação de imóvel por venda de bem		(230.359,92)		(230.359,92)
Superavit do exercício	-	-	5.987.058,57	5.987.058,57
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	75.901.419,28	44.440.229,86	5.987.058,57	126.328.707,71
Incorporação de Superavit ao patrimônio social	5.987.058,57		(5.987.058,57)	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial		291.475,04		291.475,04
Realização de avaliação de imóvel por venda de bem		(768.006,84)		(768.006,84)
Superavit do exercício		-	3.908.698,00	3.908.698,00
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	81.888.477,85	43.963.698,06	3.908.698,00	129.760.873,91



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2024

Em reais

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
RECEITAS	102.134.000,48	88.762.554,07
RECEITA DE ANUIDADES DO EXERCÍCIO	64.433.209,30	55.388.887,56
RECEITA DE ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.985.897,42	10.714.956,93
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES	64.760,60	183.958,50
RECEITAS DE SERVIÇOS	4.036.540,43	3.996.839,63
RECEITAS DIVERSAS	9.737.281,36	10.807.926,68
TRANSFERÊNCIAS INTRACONSELHOS	6.907.790,60	4.714.049,20
RECEITAS DE CAPITAL	1.968.520,77	2.955.935,57
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	32.548.985,00	27.720.438,35
MATERIAL DE CONSUMO	3.724.459,19	3.133.315,65
SERVIÇOS DE TERCEIROS	28.275.516,53	24.473.590,85
OUTRAS DESPESAS	490.497,07	(919.244,19)
CUSTO DE BENS BAIXADOS	58.512,21	1.032.776,04
VALOR ADICIONADO BRUTO	69.585.015,48	61.042.115,72
RETENÇÕES	4.624.414,04	3.947.982,07
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.624.414,04	3.947.982,07
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	64.960.601,44	57.094.133,65
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.185.905,34	2.443.554,19
RECEITAS FINANCEIRAS (JUROS, MULTAS, CORREÇÃO MONETÁRIA)	2.185.905,34	2.443.554,19
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	67.146.506,78	59.537.687,84
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	67.146.506,78	59.537.687,84
PESSOAL E ENCARGOS	26.731.866,48	22.062.491,93
FGTS	2.956.947,03	2.103.988,19
INSS	2.611.779,43	3.214.643,42
PIS S/ FOLHA PAGAMENTO	200.260,51	176.207,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	208.219,73	160.670,10
JUROS E ALUGUÉIS	1.912.857,12	1.140.569,17
COTAS ESTATUTÁRIAS - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS	16.380.190,81	14.109.748,07
COTAS ESTATUTÁRIAS - CONSELHO FEDERAL	8.162.443,44	7.054.874,06
COTAS ESTATUTÁRIAS - F.I.D.A.	1.634.495,78	1.410.974,82
COTAS ESTATUTÁRIAS - FUNDO CULTURAL	2.438.748,45	2.116.462,29
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	3.908.698,00	5.987.058,57

CARTA DE REPRESENTAÇÃO DE GERÊNCIA

Curitiba, 04 de julho de 2025.

À

RSM Brasil Auditores Independentes S/S

Rua Heitor Stockler de França, n° 396, 14° andar, Torre Neo Business
Centro Cívico – Curitiba | Paraná | Brasil – CEP: 80.030-030

Esta carta de representação é fornecida em conexão com a revisão das demonstrações contábeis, individuais, da **Ordem dos advogados do Brasil – Seccional do Paraná - OAB (Ordem)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Essa revisão tem como objetivo possibilitar a Vossas Senhorias expressar uma opinião quanto ao conhecimento de algum fato que os leve a acreditar que as informações anuais não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis acima mencionadas e se foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reconhecemos nossa responsabilidade pela apresentação adequada das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2024 examinadas por Vossas Senhorias estão demonstradas abaixo:

Balanço Patrimonial

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Total de Ativos	210.731.754	193.135.777
Total de Passivo	80.970.880	66.807.069
Total do Patrimônio Líquido	129.760.874	126.328.708

Demonstração do resultado

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Resultado do Período	3.908.698	5.987.059

Na qualidade de administradores da Ordem, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações financeiras anuais e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento a legislação pertinente. Além disso, colocamos a disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis e financeiros, bem como atas de reuniões de acionistas, do conselho de administração e da diretoria, inclusive a alteração do estatuto da Ordem para aumento de seu capital social.

Especificamente confirmamos que:

As demonstrações financeiras e notas explicativas registram as bases de avaliações dos ativos e ajustes destas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir os valores da realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil;

Todos os passivos e obrigações, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos encontram-se adequadamente registrados e divulgados;

Todos os compromissos firmados e informações pertinentes aos mesmos encontram-se adequadamente registrados e divulgados;

Os lucros conhecidos e esperados pela Ordem encontram-se adequadamente registrados e divulgados;

Todos os ativos são de propriedade da Ordem e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando estes saldos disponíveis;

As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos;

Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras;

Todas as instituições financeiras com as quais a Ordem possui operação são:

- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
- Banco Santander
- Banco Cooperativo Sicredi S.A.
- Banco Uniprime Iguaçu
- Cooperativa Cresol

Todos os assessores legais com os quais a Ordem possui operação são:

- Fábio Artigas Grillo
- Ricardo Miner Navarro
- Roberta Santiago

Dos assessores legais citados acima, confirmamos que todos eles cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Ordem, bem como qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência.

A Ordem não possui partes relacionadas conforme definição do CPC 05 (R1)

O Patrimônio Social da Ordem é de R\$ 81.888.478.

O sistema contábil e de controle interno adotado pela Ordem é de responsabilidade da administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros;

Além disso, não temos conhecimento:

De que membros da administração não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a Ordem está sujeita.

Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Ordem;

Não existem transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que não estejam divulgadas nas demonstrações financeiras e/ou em nota explicativa;

De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesse em sociedades com as quais a Ordem manteve relações;

De quaisquer fatos ocorridos que possam afetar as demonstrações financeiras e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade normal das operações da Ordem;

De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação;

De efeitos relevantes nas demonstrações financeiras acima referidas e identificadas decorrentes das seguintes situações:

1. Ações ou reclamações relevantes contra a Ordem;
2. Acordos ou operações estranhas aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;
3. Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a Ordem;
4. Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas;
5. Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre a inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, fiscais ou previdenciários;

Não houve:

Fraude envolvendo a administração ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança;

Fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras,

Violação ou possíveis violações de lei, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação das demonstrações financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisões para contingências passivas.

Não temos o conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas demonstrações financeiras.

Também confirmamos que:

Todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória, foram colocados à sua disposição;

Todas as instituições financeiras que mantemos operações encontram-se contabilizadas nas demonstrações financeiras ou divulgadas em notas explicativas;

As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes e quando necessário foram confirmados por nossos assessores jurídicos (ou outros assessores, quando necessário)

Ao final do presente ano de trabalho, representamos a Vossa Senhoria que a Ordem não possui em aberto contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos, quais sejam, contratos futuros, contratos a termo, opções, CAPS, SWAPS, FORWARDS ou qualquer outra modalidade e os que possuíram durante o ano de 2024 estão adequadamente registrados e divulgados nas demonstrações financeiras segundo os CPC's 39, 40 e 48.

O Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais anuais em 31 de dezembro de 2024, contém um parágrafo de ênfase conforme demonstrado abaixo:

Alteração do sistema contábil

Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações contábeis a Entidade efetuou a migração do sistema contábil durante o exercício de 2024. Destacamos que, embora os saldos estejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a alteração do sistema no decorrer do ano exige que a Entidade conclua os processos de conciliação entre os sistemas antigo e novo, a fim de assegurar a integridade e rastreabilidade dos saldos contábeis. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Os ajustes apresentados no quadro abaixo foram identificados pela auditoria e referem-se à rubrica contábil “Depósito a Identificar”. A administração, contudo, esclareceu que essa conta encontra-se em processo de conciliação e que, tão logo finalizado, os lançamentos de baixa serão devidamente realizados. Ressalta-se que tais ajustes serão efetuados ainda no exercício de 2025, tendo em vista que os valores envolvidos são considerados de impacto imaterial nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Nº	Descrição	Rubrica	Ativo	Passivo
			D(+) / C (-)	D(+) / C (-)
1	Saldo de depósitos não identificados na contabilidade	Depósitos a identificar – Passivo		1.377.292
		Anuidades a receber	(1.377.292)	
Total dos ajustes:			(1.377.292)	1.377.292



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de julho de 2025.

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
Presidente

EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS
Tesoureiro

CAMILA APARECIDA MARIA
Contadora CRC/PR 076629/O-0



Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraná

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

RT 034/2025



Rua Heitor Stockler de França, n° 396 | 14° andar | Torre Neo Business
Centro Cívico – Curitiba | Paraná | Brasil – CEP: 80.030-030
55 41 3040-9300
www.rsmbrasil.com.br

INDICE

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstração do Balanço Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado do Exercício.....	6
Demonstração do Resultado Abrangente.....	7
Demonstração do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
Notas explicativas.....	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná
Curitiba - CT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Ordem dos advogados do Brasil – Seccional do Paraná (“OAB”/“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ordem dos advogados do Brasil – Seccional do Paraná (“OAB”/“Entidade”)** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas da Interpretação Técnica – ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, bem como o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações contábeis a Entidade efetuou a migração do sistema contábil durante o exercício de 2024. Destacamos que, embora os saldos estejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a alteração do sistema no decorrer do ano exige que a Entidade conclua os processos de conciliação entre os sistemas antigo e novo, a fim de assegurar a integridade e rastreabilidade dos saldos contábeis. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de julho de 2025.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Eduardo José Negrão

Sócio – CRC- PR- 042423/O-6

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

FINDOS EM 31 de dezembro de 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.532.577	3.201.853
Aplicações Financeiras	5	4.532.490	5.844.590
Anuidades e Multas a Receber	6	20.557.538	20.950.478
Adiantamentos	7	3.234.213	3.318.816
Outros Ativos	8	1.125.420	397.540
Total do Ativo Circulante		30.492.898	33.713.277
Não Circulante			
Anuidades e Multas a Receber - LP	6	38.083.672	33.399.589
Depósitos Judiciais	9	762.731	773.852
Investimentos	10	248.627	245.809
Imobilizado	11	140.215.209	124.496.435
Intangível	12	928.617	506.815
Total do Ativo Não Circulante		180.238.856	159.422.500
Total dos Ativos		210.731.754	193.135.777

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

FINDOS EM 31 de dezembro de 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais)

Passivo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante			
Fornecedores	13	4.179.684	331.836
Empréstimos e Financiamentos	14	266.667	266.667
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	2.776.290	2.735.301
Cotas Estatutárias	16	13.010.753	6.815.881
Outras Contas a Pagar	6	22.058.473	22.072.900
		42.291.867	32.222.585
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos - LP	14	422.222	688.889
Outras Contas a Pagar - LP	6	38.083.672	33.399.589
Provisão para Contingência	17	173.119	496.006
		38.679.013	34.584.484
Patrimônio Líquido			
	18		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		43.963.698	44.440.230
Patrimônio Social		81.888.478	75.901.419
Superávit dos Períodos		3.908.698	5.987.059
		129.760.874	126.328.708
Total dos Passivos		210.731.754	193.135.777

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

FINDOS EM 31 de dezembro de 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita Líquida do Período	19	84.144.308	72.543.046
Cotas Estatutárias	20	(28.615.878)	(24.692.059)
Despesas			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(70.625.945)	(59.834.684)
Outras Receitas (Despesas)	22	18.446.218	17.056.287
Resultado Financeiro Líquido	23	559.995	914.469
Superávit dos Períodos		<u>3.908.698</u>	<u>5.987.059</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

FINDOS EM 31 de dezembro de 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais)

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados, portanto não é necessária a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538,510/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 de dezembro de 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit do Exercício	Total
Em 31 de Dezembro de 2022	74.792.739	45.109.717	669.553	120.572.009
Incorporação de Superávit ao Patrimônio Social	1.108.680	-	(1.108.680)	-
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(439.127)	439.127	-
	-	(230.360)	-	(230.360)
Superávit do exercício		-	5.987.059	5.987.059
Em 31 De Dezembro de 2023	75.901.419	44.440.230	5.987.059	126.328.708
Incorporação de Superávit ao Patrimônio Social	5.987.059	-	(5.987.059)	-
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	291.475		291.475
Realização de Avaliação de Imóvel Por Venda de Bem	-	(768.007)	-	(768.007)
Superávit do Exercício		-	3.908.698	3.908.698
Em 31 DE Dezembro de 2024	81.888.478	43.963.698	3.908.698	129.760.874

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31.12.2024	31.12.2023
Superávit do exercício	3.908.698	5.987.059
Ajustes por:		
Lucro / Prejuízo na Venda de Bens do Imobilizado	(732.447)	(1.462.692)
Depreciações / Amortizações	4.624.414	3.947.982
Provisão Para Contingência	(322.887)	(2.668.766)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	98.663	-
Aumento / Redução de Anuidades e Infrações a Receber	(3.585.186)	(8.478.307)
Aumento / Redução de Adiantamentos Diversos	84.604	(1.228.100)
Aumento / Redução de Créditos Diversos a Receber	(197.463)	2.171.051
Aumento / Redução de almoxarifado	(475.112)	-
Aumento / Redução de Despesas Antecipadas	(260.802)	123.981
Aumento / Redução de Fornecedores a Pagar	3.847.848	(2.159.103)
Aumento / Redução de Obrigações Com Pessoal a Pagar	16.103	83.551
Aumento / Redução de Encargos Sociais a Pagar	24.885	81.480
Aumento / Redução de Outras Contas a Pagar	1.084.471	556.613
Aumento / Redução de Obrigações Estatutárias e Pagar	6.194.872	1.867.776
Aumento / Redução de Receitas e Infrações a Receber	(1.098.898)	236.522
Aumento / Redução de Contribuições Obrigatórias e Infrações	4.684.084	8.265.599
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	17.895.847	7.324.642
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(-) Aquisição de Bens do Imobilizado	(21.300.034)	(13.660.914)
(+) Baixa do Imobilizado / Valor Residual	58.512	1.039.943
(+) Venda de Investimentos / Imobilizado	732.447	1.462.692
(-) Aquisição de Investimentos	(2.818)	(218.582)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(20.511.893)	(11.376.861)
Fluxo De Caixa das Atividades de Financiamento		
(-) Amortização De Empréstimos	(365.330)	(244.444)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(365.330)	(244.444)
Redução/Aumento Líquido de Caixa e Equivalente a Caixa	(2.981.376)	(4.296.659)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	9.046.443	13.343.102
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	6.065.067	9.046.443
Varição Das Disponibilidades	(2.981.376)	(4.296.659)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB**, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DO PARANÁ** foi instalada em 15 de fevereiro de 1932, e possui atualmente 89.878 advogados e 15.280 sociedades, registrados e ativos.

Em setembro de 2024, a Entidade realizou a substituição do sistema contábil utilizado para o registro e controle das transações contábeis e financeiras. A alteração teve como objetivo a modernização dos processos internos e maior integração entre áreas administrativas.

Em decorrência da migração dos dados contábeis do sistema anterior para o novo sistema, a Entidade encontra-se em processo de conclusão das conciliações entre os saldos migrados, com o objetivo de assegurar a rastreabilidade, integridade e consistência das informações contabilizadas ao longo do exercício.

Apesar da necessidade de conciliações adicionais, os saldos patrimoniais e de resultado estão, na visão da Administração, adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC aplicáveis a Entidades sem Fins Lucrativos, “ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros”.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

2.3. Autorização para conclusão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de junho de 2025.

2.4. Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.5. Classificação de circulante e não circulante

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis da Entidade são aplicadas de maneira consistentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os diretores da Ordem consideram que as estimativas e políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

3.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos em espécie na tesouraria e os saldos livres de movimentação dos depósitos bancários a vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.2. Aplicação Financeira

As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço, e são imunes da retenção do Imposto de Renda nos termos da legislação federal vigente.

3.3. Anuidades e Multas a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício social.

A ORDEM tem como procedimento registrar no ativo e passivo circulante e não circulante os valores a receber de anuidades dos advogados, sendo que no circulante são registrados os valores a receber e negociados no período corrente, e no não circulante são contabilizados os montantes a receber dos últimos cinco exercícios sociais, e de períodos anteriores a estes, desde que, tenham ações judiciais em andamento para a cobrança. Somente com o efetivo recebimento das anuidades os valores são baixados das contas ativas e passivas e registrados no resultado do exercício como receita.

3.4. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos de anuidades, e é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber de anuidades.

3.5. Imobilizado

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, que está calculada considerando o tempo de vida útil do bem.

3.6. Fornecedores

Saldos a pagar de títulos cujos vencimentos ocorrem após o encerramento do balanço patrimonial em 31 de dezembro, e são decorrentes das compras de materiais de uso e

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

consumo, demais mercadorias e da contratação de prestadores de serviços diversos, na condição para pagamento a prazo.

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais ou documentos fiscais.

3.7. Provisões Trabalhistas

Está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada colaborador perante a ORDEM, acrescida dos respectivos encargos sociais.

3.8. Tributação

Nos termos da legislação tributária brasileira, a ORDEM, goza de imunidade do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre sua arrecadação e/ou superávit apurado. Entretanto, a Entidade é contribuinte obrigatória da contribuição ao Programa Integração Social – PIS incidente sobre folha de pagamento.

3.9. Passivo Circulantes e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores mensuráveis e conhecidos, e acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas normalmente usuais.

3.10. Obrigações Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre receitas brutas mensais de anuidades, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei n.º 8.906/1994 nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

3.11. Provisão para Contingência

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade em conjunto com seus consultores jurídicos.

3.12. Apuração do superávit ou déficit do exercício.

O procedimento adotado pela ORDEM para a apuração do Superávit ou Déficit do exercício social, é o regime de caixa para reconhecimento das receitas de anuidades e o regime de competência para o reconhecimento das despesas e demais receitas, por entender ser o mais adequado em relação a apresentação da presente demonstração contábil.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.14. Continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Ordem de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Ordem está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Ordem de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	36.117	22.824
Bancos conta movimento	1.494.731	3.159.263
Bancos conta arrecadação	1.729	19.766
Total	1.532.577	3.201.853

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

5. Aplicações Financeiras

Instituições financeiras:	31.12.2024	31.12.2023
Seccional		
Caixa Econômica Federal – Fundo de investimentos	50.504	61.853
Banco do Brasil – Fundo de investimentos	53.383	78.490
Sicoob – CDB	1.079.752	1.229.553
Banco Santander - CDB	4.348	389.652
Caixa Econômica Federal – Mútua	51.060	46.714
Total	1.239.047	1.806.262
Subseções		
Caixa Econômica Federal	1.925.398	2.520.142
Banco do Brasil	3.254	2.992
Sicredi	169.021	392.385
Sicoob	984.227	985.484
Cresol	117.833	52.220
Uniprime	93.709	85.105
Total	3.293.442	4.038.328
Total das aplicações	4.532.490	5.844.590

6. Anuidades e Multas a Receber

	31.12.2024	31.12.2023
Anuidades e Multas do Exercício	17.705.168	19.161.623
Negociações	1.852.370	1.494.813
Créditos Recebidos Via Cartão	510.660	294.042
Total	20.068.198	20.950.478
	31.12.2024	31.12.2023
Anuidades e Multas de Exercícios Anteriores	30.452.749	26.334.821
Negociações	5.596.113	6.212.127
Execuções a Receber	5.788.062	4.611.217
(-) Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa	(3.753.252)	(3.758.576)
Total	38.083.672	33.399.589
Ativo Circulante	20.068.198	20.950.478
Ativo Não Circulante	38.083.672	33.399.589

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

A ORDEM tem registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante, os valores de anuidades a receber de advogados, correspondentes aos exercícios anteriores a 2024 e, vencidas até 31 de dezembro de 2023, e que ainda não foram renegociadas.

Por decisão da diretoria, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base na expectativa de não recebimento dos advogados.

A administração vem intensificando a gestão de recuperação da inadimplência através de ações de cobranças por notificações e ações judiciais. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

7. Adiantamentos

	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamentos a Funcionários	362.191	340.038
Adiantamentos a Fornecedores	2.872.022	2.978.778
Total	3.234.213	3.318.816

8. Outros Créditos

	31.12.2024	31.12.2023
Créditos a Diversos	125.351	132.765
Impostos a Recuperar	744	1.363
Prêmios de Seguros	62.842	45.845
Assinaturas Técnicas, Revistas e Jornais	484	1.448
Despesas Pagas Antecipadamente	460.887	216.118
Almoxarifado	475.112	-
Total	1.125.420	397.539

9. Depósitos Judiciais

Esta conta engloba valores dispendidos pela ordem, a título de garantia, de depósitos relativos a processos nos quais é parte litigante, sendo aqui mantidos até a resolução dos mesmos.

	31.12.2024	31.12.2023
Depósito Cível	1.662	2.693
Depósito Trabalhista	98.461	92.048
Depósito Tributário	662.608	679.111
Total	762.731	773.852

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

10. Investimentos

Aqui são registrados valores relativos a aquisições de cotas de capital junto a bancos cooperativos, quando da abertura de contas correntes junto aos mesmos. A composição do saldo é apresentada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Sicoob – Conta Capital	242.460	240.888
Sicredi – Conta Capital	4.067	3.721
Uniprime Iguaçu – Conta Capital	1.800	1.200
Cresol – Conta Capital	300	-
Total	248.627	245.809

11. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024	31.12.2023
			Líquido	Líquido
Terrenos	35.350.687	(400.000)	34.950.687	35.230.686
Obras de Arte	52.810	-	52.810	52.810
Móveis e Utensílios	14.049.370	(6.175.971)	7.873.399	6.806.489
Máquinas e Aparelhos	6.968.055	(3.503.364)	3.464.691	2.643.064
Equipamentos de Informática	9.516.615	(4.788.188)	4.728.427	4.920.500
Instalações	3.785.886	(1.332.368)	2.453.518	2.641.026
Obras em andamento	13.918.386	-	13.918.386	1.004.195
Edificações	83.247.277	(15.715.830)	67.531.447	69.326.517
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	3.439.851	(2.002.116)	1.437.735	1.055.037
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros (em andamento)	3.454.195	-	3.454.195	608.369
Veículos	890.561	(755.384)	135.177	207.742
Imobilizado a Classificar	214.737	-	214.737	-
Total	174.888.430	(34.673.221)	140.215.209	124.496.435

Através levantamento realizado por empresa especializada em observância ao pronunciamento contábil do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.º 27 e o ICPC 10 e o NBC TG 1000, e estudos internos da entidade, chegou-se à conclusão de que as taxas efetivas utilizadas para a depreciação dos bens do ativo imobilizado, ficaram com os seguintes percentuais:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

Grupo	Vida útil em anos	Percentual para depreciação anual
Edificações	30 a 60	0,78% a 4,00%
Móveis e utensílios	10	7,5%
Máquinas e aparelhos	10	8,5%
Instalações	10	11,80%
Equipamentos de Informática	7,3	10,6%
Veículos	5,46	17,50%
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	5	20%

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:

Custo	31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2024
Terrenos	35.630.687	-	(280.000)	-	35.350.687
Obras de Arte	52.810	-	-	-	52.810
Móveis e Utensílios	12.207.096	1.857.985	(20.138)	-	14.044.943
Máquinas e Aparelhos	5.747.392	1.256.845	(36.181)	-	6.968.056
Equipamentos de Informática	9.125.909	604.337	(213.631)	-	9.516.615
Instalações	3.575.378	215.418	(4.910)	-	3.785.886
Obras em andamento	1.004.195	12.914.191	-	-	13.918.386
Edificações	83.478.580	-	(231.303)	-	83.247.277
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	2.550.927	285.770	-	603.154	3.439.851
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros (em andamento)	608.369	3.454.195	(5.214)	(603.154)	3.454.196
Veículos	890.560	-	-	-	890.560
Imobilizado a Classificar	-	214.737	-	-	214.737
Total	154.871.903	20.803.478	(791.377)	-	174.884.004

Depreciação	31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2024
Terrenos	(400.000)	-	-	-	(400.000)
Móveis e Utensílios	(5.400.607)	(788.756)	17.819	-	(6.171.544)
Máquinas e Aparelhos	(3.104.328)	(414.347)	15.311	-	(3.503.364)
Equipamentos de Informática	(4.205.409)	(761.986)	179.207	-	(4.788.188)
Veículos	(682.819)	(72.565)	-	-	(755.384)
Instalações	(934.352)	(398.016)	-	-	(1.332.368)
Edificações	(14.152.063)	(1.598.880)	35.112	-	(15.715.831)
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	(1.495.890)	(506.226)	-	-	(2.002.116)
	(30.375.468)	(4.540.776)	247.449	-	(34.668.795)
Total	124.496.435	16.262.702	(543.928)	-	140.215.209

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais)

12. Intangível

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Amortização Acumulada	31.12.2024	31.12.2023
				Líquido	Líquido
Softwares	20,00%	1.319.822	(391.205)	928.617	64.607
Software em andamento (*)		-	-	-	339.580
Total		1.319.822	(391.205)	928.617	506.815

As movimentações do ativo intangível estão assim apresentadas:

	31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2024
SOFTWARES	370.334	507.281	-	442.208	1.319.823
Software em andamento (*)	442.208	-	-	(442.208)	-
Total	812.541	507.281	-	-	1.319.823
(-) AMORTIZ SOFTWARES	(305.727)	(85.479)	-	-	(391.205)
	(305.727)	(85.479)	-	-	(391.205)
Total	506.815	421.803	-	-	928.617

(*) Relativo a investimento em novo sistema integrado (ERP), cuja entrada em produção (operação) foi em setembro de 2024.

13. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Seccional	4.037.497	299.856
Subseções	142.187	31.980
Total	4.179.684	331.836

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

14. Empréstimos e Financiamentos

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Banco Sicoob	365.330	365.330
(-) Juros a Apropriar	(98.663)	(98.663)
Total	<u>266.667</u>	<u>266.667</u>
Banco Sicoob	578.439	943.769
(-) Juros a Apropriar	(156.217)	(254.880)
Total	<u>422.222</u>	<u>688.889</u>
Total Circulante	266.667	266.667
Total Não Circulante	688.889	422.222

A ORDEM realizou em novembro de 2022, a captação de R\$ 1.200.000, ao custo de 1,11% a.m./14,164% a.a. Os valores captados foram utilizados para a instalação e implantação de um sistema de geração de energia fotovoltaica com potencial de geração de 555 kWp – quilowatts-pico, distribuídos entre a Seccional e as Subseções de Londrina, Maringá, Araçongas, Guaíra, Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Rio Negro, Guarapuava e Jacarezinho.

O financiamento será amortizado em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais, tendo a primeira parcela vencimento em 28 de fevereiro de 2023 e a última em 28 de julho de 2027.

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Férias	1.070.490	1.068.480
Encargos Sobre Férias	325.647	325.582
Salários a Pagar e Rescisões a Pagar	615.538	601.445
Tributos Sobre Folha	765.615	739.794
Total	<u>2.776.290</u>	<u>2.735.301</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

16. Cotas Estatutárias

Cota estatutária	31.12.2024	31.12.2023
Conselho Federal	8.332.250	3.133.265
Caixa de Assistência dos Advogados	2.606.562	2.844.756
Fundo Cultural	1.742.167	532.652
FIDA	329.774	305.208
Total	13.010.753	6.815.881

17. Provisão para Contingência

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, considerando as experiências anteriores referente às quantias reivindicadas nas ações em andamento, constituiu no exercício de 2024 provisão no montante total de R\$ 173.119 (R\$ 496.006 em 2023), consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas econômicas nas demandas judiciais em andamento.

A Entidade é parte em outros processos judiciais que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos, portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões.

Abaixo a abertura por probabilidade de perda:

Descrição	Saldo
Provável	173.119
Possível	3.009.777
Remota	3.527.815
Total	6.710.711

18. Patrimônio Líquido

	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio Social	81.888.478	75.901.419
Ajustes de Avaliação Patrimonial	43.963.698	44.440.230
Superávit do Exercício	3.908.698	5.987.059
Total	129.760.874	126.328.708

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais)

19. Receita Líquida

	31.12.2024	31.12.2023
Anuidade do Exercício	64.538.794	55.837.755
Taxas e Emolumentos	4.038.530	3.996.840
Anuidade de Exercícios Anteriores	15.566.984	12.708.451
Total	84.144.308	72.543.046

20. Cotas Estatutárias

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa Assistência	(16.380.191)	(14.109.748)
Conselho Federal	(8.162.443)	(7.054.874)
Fundo Cultural	(2.438.748)	(2.116.462)
Fundo de Integração	(1.634.496)	(1.410.975)
	(28.615.878)	(24.692.059)

21. Despesas Gerais e Administrativas

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas com Pessoal	(32.500.853)	(27.557.331)
Despesas Administrativas	(20.733.162)	(21.446.559)
Despesas de Locação Pessoa Física	(200.651)	(234.926)
Despesas com Terceiros Pessoa Física	(603.269)	(628.633)
Despesas de Locações Pessoa Jurídica	(1.728.869)	(948.696)
Despesas com Alimentação	(3.268.119)	(1.773.843)
Despesas com Viagens	(2.413.800)	(1.757.086)
Despesas com Manutenção	(4.379.367)	(1.366.571)
Despesas com Seguros	(173.441)	(173.057)
Depreciações e Amortizações	(4.624.414)	(3.947.982)
Total	(70.625.945)	(59.834.684)

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

22. Outras Despesas e Receitas

	31.12.2024	31.12.2023
Outras Receitas		
Multas e Infrações	62.855	185.151
Outras Receitas	8.944.780	8.367.365
Vendas de Ativo Imobilizado	732.447	1.462.692
Juros e Multas Sobre Anuidades	2.291.651	2.440.561
Auxílios Financeiros	6.907.791	4.714.049
Total	18.939.524	17.169.818
Outras Despesas		
Custo na Baixa de Ativo Imobilizado	(58.512)	(1.039.943)
Aquisições de Itens de Baixo Valor	(29.415)	(53.748)
Indenizações Pagas a Terceiros	(175.383)	1.139.803
Revenda de Agendas	(166.646)	(145.123)
Outras Despesas	(63.350)	(14.520)
Total	(493.306)	(113.531)
Total	18.446.218	17.056.287

23. Resultado Financeiro Líquido

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.236.074	1.493.243
Total	1.236.074	1.493.243
Despesas financeiras		
Tarifas de Cartão	(577.416)	(508.603)
Juros s/ Empréstimos	(98.663)	(70.171)
Total	(676.079)	(578.774)
Total	559.995	914.469

24. Cobertura de Seguros

A ORDEM possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARANÁ

CNPJ: 77.538.510/0001-41

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em Reais)

Administração para cobrir eventuais perdas, considerando os riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

25. Ações de Cobranças das Anuidades e Multas em Atraso

A ORDEM possui atualmente 6.200 (seis mil e duzentos) advogados com ações em andamento para a cobrança das anuidades e multas em atraso, compreendendo o período das cobranças entre os exercícios de 2008 a 2023.

26. Eventos Subsequentes

A Administração da ORDEM não identificou eventos subsequentes até a data de emissão desse relatório a serem divulgados.

Luiz Fernando Casagrande
Presidente

Evaristo Aragão Ferreira dos Santos
Tesoureiro

Camila Aparecida Maria
Contadora
CRC/PR: 076629/O-0

* * * * *